



## **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI**

### **DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**Processo Administrativo Eletrônico nº 174685/2026**

**Pregão Eletrônico nº 001/2026.**

Trata-se de procedimento licitatório deflagrado na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados ao preparo da merenda escolar da Rede Municipal de Ensino de Amambai.

Considerando que o procedimento licitatório foi regularmente instaurado com base nos documentos de planejamento então disponíveis, tendo sido designada sessão pública para o dia 27 de janeiro de 2026;

Considerando que, na data da realização da sessão pública, foi cientificada esta Administração acerca da Decisão Singular Interlocutória DSI – G.ICN – 23/2026, proferida no âmbito do Processo TC nº 80/2026, por meio da qual o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul concedeu medida cautelar determinando a suspensão do certame e de todos os atos dele decorrentes, em razão de impropriedades identificadas no planejamento da contratação e no instrumento convocatório;

Considerando que, tão logo cientificada da referida decisão, a Secretaria Municipal de Gestão determinou a imediata suspensão da sessão pública, abstendo-se de praticar qualquer ato tendente à adjudicação, homologação ou contratação, em estrito cumprimento à determinação do órgão de controle externo;

Considerando que a Análise Técnica ANA – DFEDUCAÇÃO nº 196/2026 apontou inconsistências relacionadas, especialmente, à fase de planejamento da contratação, notadamente a ausência de compatibilização expressa com o Plano Anual de Contratações, a não indicação de contratações correlatas com sobreposição de objetos, a vedação à participação de empresas em consórcio sem justificativa técnica prévia e a ausência de definição dos critérios de atualização monetária na minuta contratual;

Considerando que tais apontamentos não se restringem a meros vícios formais ou passíveis de saneamento pontual, mas envolvem aspectos estruturais do planejamento da contratação e da conformação do objeto licitado, demandando reavaliação técnica, revisão do Estudo Técnico Preliminar e eventual redimensionamento da demanda;

Considerando que, diante do estágio em que se encontrava o certame (com a sessão pública já iniciada), eventual tentativa de correção substancial do edital ou dos documentos de



## **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI**

planejamento no mesmo processo comprometeria os princípios da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e da segurança jurídica dos licitantes;

Considerando, por fim, o dever-poder de autotutela administrativa, que autoriza a Administração a anular seus próprios atos quando eivados de vícios, nos termos da legislação aplicável e da jurisprudência consolidada;

### **DECIDE-SE:**

**Art. 1º.** Anular o procedimento licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 001/2026, Processo Administrativo nº 174685/2026, bem como os atos dele decorrentes, em razão da constatação de vícios insanáveis no contexto procedimental em que o certame se encontrava.

**Art. 2º.** Determinar o encerramento do presente processo administrativo licitatório, com a devida certificação nos autos acerca da inexistência de adjudicação, homologação ou contratação decorrente do certame ora anulado.

**Art. 3º.** Considerada a essencialidade do objeto licitado, fica determinada a abertura de novo procedimento licitatório, com a devida adequação do processo às correções e recomendações expedidas pelo TCE/MS.

**Art. 4º.** Determinar a comunicação formal desta decisão ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, para fins de comprovação do cumprimento da medida cautelar e das providências adotadas por esta Administração.

Publique-se esta decisão, dando-se ciência aos licitantes interessados através do sistema eletrônico.

Amambai/MS, 27 de janeiro de 2026.

**ROSIMEIRE MEDEIROS CHARÃO BARRIZON**

*Secretária Municipal de Educação*